



11º encontro internacional
de **energia**

FIESP **CIESP**
A indústria a serviço do Brasil.

São Paulo: o futuro da energia começa aqui.

Senhoras e senhores

Bom dia!

Minha primeira palavra é de agradecimento pela presença de todos os que aceitaram o convite da Fiesp e do Ciesp para participarem desse Décimo Primeiro Encontro Internacional de Energia.

Quero agradecer de forma muito especial mais de cento e vinte palestrantes que são a razão fundamental para que esse encontro se afirme como uma referência para o setor de energia do Brasil.

Quero agradecer aos nossos patrocinadores. Seu apoio é importante para que a Fiesp e o Ciesp propiciem essa oportunidade de debate, reflexão, troca de experiências e oportunidades de negócios para todos aqueles que estarão aqui nos próximos dois dias.

Quero agradecer os diretores da Fiesp e do Ciesp, a todo nosso corpo técnico, em especial meus colaboradores no Departamento de Infraestrutura que, nos últimos seis meses, trabalharam com afinco e determinação para oferecer a todos nós um encontro de altíssima qualidade técnica.

A Fiesp e o Ciesp estão orgulhosos. É impressionante a representatividade do mundo da energia aqui presente. Empresas privadas e públicas; da área de petróleo e gás; da área de biocombustíveis; geradoras, transmissoras, distribuidoras e comercializadoras de energia elétrica; empresas da área de engenharia de base; instituições do mercado financeiro; universidades e centros de pesquisa, enfim, todos reunidos num mesmo evento, para enfrentar os problemas, e celebrar os méritos, do universo da energia no Brasil.

Nos próximos dois dias, além dessa cerimônia com a ilustre presença de sua excelência o Governador do Estado de São Paulo, Alberto Goldman, para o lançamento do Programa Paulista de Petróleo e Gás Natural, sete temas serão explorados buscando colocar em evidência as questões mais prementes que os afetam.

Trataremos os temas Petróleo e Gás, Biocombustíveis, Planejamento Energético, Fontes Renováveis e Complementares, Energia Elétrica, Aperfeiçoamento Regulatório e Eficiência Energética.

Amanhã, na sessão de encerramento, serão apresentados três trabalhos desenvolvidos sob a motivação do Departamento de Infraestrutura da Fiesp, todos da maior importância.

O primeiro é a apresentação da publicação "Panorama Energético das Américas e Caribe". Aqui, nosso projeto é muito ousado. A Fiesp inseriu o comércio internacional de energia entre suas prioridades estratégicas. Nosso objetivo é disponibilizar à indústria brasileira um panorama mundial das oportunidades comerciais e de investimento na área de energia. Nossa visão é de que a indústria brasileira está madura e dispõe de tecnologia válida no nível internacional para participar dos desafios de suprimento de energia de qualquer país do mundo.



11º encontro internacional
de **energia**

FIESP **CIESP**
A indústria a serviço do Brasil.

São Paulo: o futuro da energia começa aqui.

Nosso foco inicial foram os países da América do Sul. Nesse encontro apresentamos o tratamento dos dados das três Américas e do Caribe. Mais adiante, nosso horizonte será o continente africano. E as etapas finais, Europa, Ásia e a Oceania.

Para esse estudo, a Fiesp buscou parceria com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, centro de pesquisa vinculado à Organização dos Estados Americanos. À toda equipe do IICA no Brasil nossos mais sinceros agradecimentos.

O Décimo Primeiro Encontro Internacional de Energia será palco, também, da apresentação do estudo “Mandatos de Biocombustíveis da União Européia e dos Estados Unidos: Impactos sobre os Mercados Globais”, fruto da iniciativa do BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento e da Fiesp. Esse estudo foi desenvolvido através da cooperação técnica entre o International Food Policy Research Institute, com sedes em Washington e Bruxelas e o nosso ICONE, Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais, aqui de São Paulo. Seu objetivo é o de dimensionar os impactos das barreiras ao comércio de etanol de cana de açúcar brasileiro nos mercados estudados.

O terceiro produto é o lançamento do Portal “Energia: Fronteiras da Tecnologia”, iniciativa da Fiesp, coordenada pelo Departamento de Infraestrutura.

Reunimos neste site informações organizadas sobre tecnologias de ponta para produção, utilização e eficiência de energia.

Trata-se de iniciativa de fundamental importância, tanto para informar a indústria brasileira sobre recursos disponíveis ou em fase de pesquisa, quanto para permitir ao Brasil a adoção de tecnologias que aprofundem o viés de baixa emissão de gases de efeito estufa, já presente na nossa matriz energética.

A indústria brasileira é moderna e pode ampliar sua inserção internacional, sua competitividade e a sustentabilidade de seus produtos através do acesso cada vez mais amplo às fontes de energia renováveis. Como objetivo fundamental, essa ferramenta premia, ao dar divulgação pública e ampla, aquelas empresas que desenvolvem pesquisa e inovação tecnológica.

Senhoras e Senhores

Sua Excelência o Governador do Estado de São Paulo honra o Centro e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo ao eleger a solenidade de abertura do Décimo Primeiro Encontro Internacional de Energia para a assinatura do Decreto de lançamento do Programa Paulista de Petróleo e Gás Natural e da criação do Conselho Estadual de Petróleo e Gás Natural.

Senhoras e Senhores



11º encontro internacional
de **energia**

FIESP **CIESP**
A indústria a serviço do Brasil.

São Paulo: o futuro da energia começa aqui.

A economia brasileira crescerá mais de 7% em 2010. A Fiesp desejaria a sustentação desse patamar de crescimento. Estamos diante de uma oportunidade única na história brasileira. Infelizmente, projeta-se o decréscimo do crescimento do PIB para níveis inferiores a 5%, em 2011 e nos anos subseqüentes.

Com esse índice de crescimento, são necessários 3,5 mil MW de incremento anual na oferta de eletricidade. Governantes, todos eles, em todos os níveis, precisam conhecer esse número. Estrangulamentos de infraestrutura acontecem por falta de investimento. No caso brasileiro, são fortemente agravados por uma política de licenciamento ambiental que responde à uma ideologia própria, que dialoga apenas consigo mesma e tem a pretensão de impor seus valores de forma unilateral. Tudo em completa desconexão com o mundo real.

Certo tipo de ambientalismo, inspirado por interesses estrangeiros, elegeu as usinas hidroelétricas brasileiras como seu alvo de plantão.

Sem nenhuma surpresa, a origem desses incentivos internacionais é de países que já aproveitaram e esgotaram seus recursos hidrológicos para fins de geração de energia.

Finalmente, depois de quase duas décadas, conseguimos realizar o leilão de Belo Monte. O que ninguém quantifica é o dano ambiental provocado por esse atraso, já que a demanda de energia foi atendida por termoelétricas movidas a combustíveis fósseis.

Somadas as duas usinas do Rio Madeira, esses três empreendimentos retomam os investimentos em grandes projetos estruturantes da matriz energética. O setor elétrico está atento e apóia firmemente a implantação dos projetos subseqüentes das usinas dos rios Tapajós e Teles Pires.

A sociedade brasileira assistiu uma intensa discussão sobre o preço de construção de Belo Monte. A EPE e o TCU orçaram o valor da usina em dezenove e meio bilhões de reais. Parte do setor privado, interessado na concessão, estimava valores superiores a trinta bilhões de reais. Outros grupos privados aceitaram o price cap de energia, e por consequência o valor da obra definido pelo Poder Público.

A autoridade pública federal manteve-se firme, em todo esse processo, na defesa do princípio da modicidade tarifária, do interesse do consumidor e da defesa da competitividade da indústria brasileira. Por este feito, merece nossos cumprimentos.

Entretanto, observamos com preocupação o avanço de investimentos estatais no setor elétrico, onde o setor privado já comprovou sua ampla capacidade de responder às necessidades de suprimento de oferta.

O Governo Federal anunciou no início do ano seu projeto de uma nova Eletrobras. Apoiamos a internacionalização da empresa, quando necessária sua presença em projetos binacionais que avancem a integração energética da América do Sul. A presença de uma empresa estatal brasileira, nessas situações, garante maior estabilidade ao investidor privado associado à ela.



11º encontro internacional
de **energia**

FIESP **CIESP**
A indústria a serviço do Brasil.

São Paulo: o futuro da energia começa aqui.

Não obstante, o aumento da presença estatal no setor de energia não só já é enorme, e precisa ser diminuída, como novas iniciativas são indesejáveis e, principalmente, desnecessárias.

Cuidar atentamente do crescimento da oferta de energia é obrigação do Estado brasileiro. O Brasil precisa e está preparado para ciclos de crescimento econômicos mais robustos. Para tanto, a gestão do setor elétrico tem que estar à frente do ritmo da economia.

Assistimos, no final de 2009, a um blecaute de energia que afetou dezoito estados brasileiros, por até seis horas. Não se trata da mesma realidade enfrentada em 2001 e 2002, período no qual o Brasil atravessou um racionamento de energia. O que não diminui a gravidade do fato.

Depois de teorias sobre acidentes climáticos, a Aneel constatou a precariedade da manutenção do sistema de transmissão de Furnas, responsável pelo transporte da geração de Itaipu. A Fiesp recomendou, na ocasião, o afastamento da Diretoria de Furnas e a ação do Ministério Público Federal na apuração de responsabilidades.

É preciso ficar claro que estávamos diante de uma, entre duas situações possíveis: ou os investimentos necessários ao pleno funcionamento do sistema de transmissão foram subestimados ou, embora corretamente previstos, não foram executados. Em ambos os casos, estamos diante de uma irresponsabilidade na gestão pública.

Tamanha barbearagem nos colocou diante de uma situação de não podermos usufruir da geração à plena carga da maior usina hidroelétrica do mundo, já que nos revelamos incompetentes para transportar essa energia gerada.

No curto prazo, a solução adotada foi diminuir a geração de Itaipu, para aliviar o sistema de transmissão de Furnas, com o acionamento das usinas termoelétricas a combustível fóssil, com custo da energia mais de duas vezes maior comparado a Itaipu. Como sempre, essa conta foi repassada às tarifas, penalizando, mais uma vez, o consumidor.

Já há bastante tempo, as tarifas de energia elétrica no Brasil são oneradas pela Conta de Consumo de Combustíveis, conhecida como CCC, um dos encargos setoriais. Ela foi criada para equalizar as tarifas dos consumidores das regiões que não estavam conectadas ao sistema interligado nacional, sobretudo da região Norte. Investimentos foram realizados para sanar essa situação, alavancados pelos projetos recentes de aproveitamento hídrico nessa região.

Evidentemente, todos esperavam a extinção desse encargo à medida as razões de sua existência fossem superadas. Ocorre que o suprimento de energia de base térmica criou uma receita de ICMS na importação de combustíveis fósseis nestes Estados. A expectativa da eliminação ou diminuição desta receita levou os Governadores dos Estados envolvidos a promover no Congresso Nacional forte pressão política para a preservação de sua arrecadação.



11º encontro internacional
de **energia**

FIESP **CIESP**
A indústria a serviço do Brasil.

São Paulo: o futuro da energia começa aqui.

A CCC foi mantida. Melhor, seu valor dobrou. Sua arrecadação aumentará em dois bilhões de reais o custo anual da energia no Brasil. Além disso, a alíquota de 0,5% incidente sobre a tarifa de energia elétrica que era destinada ao financiamento de projetos de Pesquisa & Desenvolvimento e Eficiência Energética foi elevada para 1,3%. Essa diferença será repassada aos Governos estaduais da região Norte, como compensação da perda de arrecadação do ICMS sobre o combustível das térmicas.

No final de 2009, a partir de relatório do TCU, foi identificado um erro na metodologia de reajuste das contas de energia elétrica, devido ao não repasse ao consumidor dos ganhos de produtividade auferidos pelas concessionárias de distribuição na assim chamada Conta de Variação da Parcela A. Um prejuízo ao consumidor de um bilhão de reais por ano, durante sete anos.

Depois de forte resistência da Aneel em admitir seu erro, a agência empreendeu uma renegociação ampla de contratos com as concessionárias, sanando o erro metodológico para o período posterior à modificação. É um passo. Mas absurdamente insuficiente.

O consumidor brasileiro exige a devolução dos valores a maior cobrados nas contas de energia elétrica, no período de 2003 a 2009. São mais de sete bilhões de reais que devem ser devolvidos a quem foi lesado.

O preço da energia é uma combinação de fatores. Os dois predominantes são a combinação das fontes geradoras e a carga tributária, que no Brasil é fortemente agravada pelos encargos setoriais.

O Brasil precisa encarar as questões que impactam o custo de sua energia. Temos enormes vantagens competitivas e um bom marco regulatório na geração de energia. Temos debilidade de regulação, e aí a fraqueza das agências reguladoras é evidente, e excesso desmesurado de tributos e encargos.

Quanto à geração, superamos em 2010 um desafio importante. A introdução da fonte eólica, como componente da matriz, foi alcançada, com sucesso, através do leilão específico. Foram comercializados mais de 1800 MW ao preço médio de R\$148 o MWh.

Igual atenção não foi dada a cogeração a partir do bagaço de cana. Apesar de tecnologia 100% nacional estar disponível, a competitividade dessa fonte depende de desoneração do investimento no reequipamento das usinas existentes. O efeito dessas medidas já foi amplamente estudado e divulgado pelas entidades do setor. Eliminar a cobrança do PIS/Cofins e diferir o ICMS são as condições para viabilizar a ampla adoção dessa fonte renovável.

O Estado de São Paulo negociou plano de universalização da colheita mecânica com o setor. Isso aumentará exponencialmente a oferta de biomassa primária, pela eliminação das queimadas. Apenas no estado de São Paulo, o potencial de introdução da geração de energia a partir do bagaço de cana é de 1000 MW por ano.

Novas tecnologias estão sendo desenvolvidas para combinar o gás natural o bagaço de cana, garantindo oferta firme de energia inclusive nos períodos de entressafra. Trata-se da única fonte renovável ainda disponível, de forma abundante, no Estado de São Paulo.



11º encontro internacional
de **energia**

FIESP **CIESP**
A indústria a serviço do Brasil.

São Paulo: o futuro da energia começa aqui.

O Brasil é um dos pouquíssimos países do mundo que concomitantemente possui grandes reservas de urânio e domina a tecnologia para seu enriquecimento para fins pacíficos.

Ficamos para trás na utilização da energia nuclear para fins de geração de energia elétrica. Entretanto, não podemos manter o futuro da utilização dessa fonte limpa, apesar de não renovável, atrelada a capacidade de investimento do Estado brasileiro.

Nosso marco regulatório na área nuclear caducou. Ele reflete a realidade dos anos 70. O combustível nuclear, de circulação sensível, é controlado por mecanismos internacionais. Por isso, a presença do estado no chamado ciclo do combustível -produção, processamento e circulação de seus estoques- é compromisso do Brasil perante a comunidade de nações.

Nada disso confunde-se com o papel da iniciativa privada nos investimentos voltados à geração de energia elétrica. Advogamos que o Brasil separe o ciclo do combustível, mantendo-o nas mãos do Estado, da atividade de produção de energia abrindo-a à iniciativa privada.

Energia elétrica é atividade de competência da União. Assim estabelece a Constituição Federal brasileira. A União pode – e no nosso entender, deve- transferir, por meio de autorização ou concessão, a atividade exploratória aos agentes interessados, sejam eles empresas privadas ou estatais.

Quaisquer das modalidades de outorga são feitas por prazo determinado. O ativo resultante da outorga, seja preexistente ou construído pelo outorgado, tem status de bem público. Ele retorna à União no fim do período. Legalmente, prevê-se a possibilidade de prorrogação da concessão por mais um período, quando expressamente previsto no edital de licitação e no contrato.

Findo o período de outorga, a União poderá recolocar o ativo à disposição do mercado, desde que por meio de processo licitatório que obedeça aos princípios de boa gestão pública.

A partir de 2014, mas com grande intensidade no ano de 2015, caducam as concessões anteriores a 1988, que já foram renovadas uma vez. Trata-se de volume bastante expressivo de empreendimentos. São 20% da capacidade de geração, ou 19 mil MW; 82% da extensão das linhas de transmissão, ou 73 mil quilômetros; e 58% do número das empresas distribuidoras, ou 37 empresas.

O que seria o curso natural, previsto nos diplomas legais, inclusive a Constituição Federal, é preparar o ambiente regulatório para os novos leilões de concessão. Entretanto, como nada no Brasil é simples, pôs-se em marcha um movimento que propugna algo para o que não existe previsão legal, nem tampouco acolhida na língua portuguesa: a re-prorrogação.

A maioria desses bens está amortizada, com a exceção de poucos que estão em fase final desse processo. Para isso, há inclusive um encargo nas tarifas, mais um, o RGR –Reserva Global de Reversão. Esse fundo, que conta com caixa de mais de R\$ 14 bilhões de reais, em números de 2008, foi criado para indenizar os investidores que tem saldo a receber dos ativos não amortizados, quando vencida sua concessão. Os



11º encontro internacional
de **energia**

FIESP **CIESP**
A indústria a serviço do Brasil.

São Paulo: o futuro da energia começa aqui.

recursos do fundo são mais que suficientes para fazer frente aos propósitos para os quais foi criado. Seu prazo de existência termina em dezembro de 2010. Esperamos que ninguém surja com a idéia recorrente de recriar tudo que um dia foi criado, mesmo quando a razão de sua existência tenha fenecido.

Por estar amortizado, no momento dos leilões, o valor da energia poderá sofrer drástica redução, o que é fundamental para a competitividade industrial do Brasil e medida de justiça para a população brasileira. Não nos esqueçamos que todos os consumidores, ao pagarmos as tarifas de energia elétrica, ao longo dos últimos anos, restituímos aos agentes o valor de seus investimentos, incluindo a remuneração de seu capital.

Trata-se, apenas, de não pagar uma segunda vez por aquilo que já pagamos.

Claro que isso vale, se a modalidade dos leilões for por outorga não onerosa, ou seja, sem pagamento de bônus ao poder concedente, combinado com a oferta de menor tarifa.

Senhoras e Senhores

Tão prejudicial quanto regulação insatisfatória, é a ausência de regulação em mercados monopolizados. Esse é o caso dos combustíveis e derivados de petróleo.

Não há controle público sobre a política de preços praticada pela Petrobras. A empresa goza de grau de autonomia que é praticamente incomparável com qualquer situação conhecida no mundo.

O Brasil é o maior produtor mundial de etanol avançado. Nossa produção atende a demanda interna crescente e é mundialmente competitiva. O Brasil precisa adotar políticas de administração dos estoques de etanol para evitar a diminuição do percentual de adição à gasolina no período da entressafra.

Não podemos ficar para trás na corrida tecnológica. Precisamos apoiar de forma enfática a pesquisa científica para o domínio das tecnologias de produção de etanol de segunda e terceira gerações.

No setor energético, a maior curiosidade, que habita os pensamentos de todos, é compreender os critérios da Petrobras para a precificação do gás produzido no Brasil.

Aqui também a Petrobras não deve satisfação a ninguém. O que só é possível num ambiente com total ausência de autoridade reguladora. O que não seria um problema se a empresa estivesse submetida a condições do regime de livre-concorrência. Isto é, se existissem no Brasil outras empresas produzindo, transportando e comercializando o gás natural.

Pagamos hoje, US\$ 7,45 por milhão de BTU, no city gate, pelo gás boliviano. O que já é um preço acima da referência do mercado internacional. Inexplicavelmente, o gás produzido no Brasil custa US\$ 9,99 por milhão de BTU. Uma diferença de 34%. Por quê? Entendemos que a sociedade brasileira merece uma explicação.

No Brasil, se anuncia um novo tempo na produção de gás natural. Segundo estimativas da consultoria Gas Energy, com a entrada em produção dos poços de Mexilhão, Uruguá-Tambaú e Tupi, o Estado de São Paulo



11º encontro internacional
de **energia**

FIESP **CIESP**
A indústria a serviço do Brasil.

São Paulo: o futuro da energia começa aqui.

assumirá o posto de maior produtor de gás natural do Brasil. Já no final de 2014, a produção paulista será maior que a presente importação de gás da Bolívia.

A oferta de gás natural no estado de São Paulo impactou positivamente setores relevantes da indústria paulista. Infelizmente, nos últimos anos as políticas de formação de preço desestimularam a utilização desse energético. Realidade que precisa ser enfrentada com urgência.

São Paulo assistiu, de maio de 2009 a maio de 2010, a revisão do terceiro ciclo tarifário das três concessionárias do Estado. A Fiesp participou de todas elas. Duas na capital e uma em Sorocaba. Nas três constatamos e apontamos a leniência regulatória perpetrada pela Arsesp.

Nas três protestamos contra a falta de transparência dos dados e critérios aplicados no processo de revisão. Nas três discordamos do julgamento da Agência. Nas três apresentamos recursos administrativos contra os seus resultados. Nas três apelamos ao poder concedente, isto é, o Estado de São Paulo, através da Secretaria Estadual de Saneamento e Energia, que interviesse para restabelecer critérios de racionalidade e moralidade regulatória.

Há flagrante contradição, nos critérios adotados pela Arsesp, em relação aos contratos estabelecidos com as concessionárias. Sempre favorecendo o interesse econômico destas.

Os contratos de concessão da Gás Brasileiro, controlada pela empresa italiana ENI, e da Gás Natural São Paulo Sul, controlada pela espanhola Gas Natural, estabelecem como base de remuneração para efeito da definição da tarifa, a avaliação dos seus ativos. Nada disso foi feito. Seja na revisão do segundo ciclo, em 2004 e 2005, seja agora.

Ao invés de avaliar os ativos para calcular a tarifa, a Arsesp calculou o valor dos ativos a partir da tarifa anteriormente estabelecida. Por sua própria metodologia, é o valor dos ativos que deveria impactar a tarifa. Ao invés disso, a Arsesp parte da tarifa para inventar a base de remuneração do concessionário. Equivale ao médico diagnosticar a doença em função do remédio que lhe é disponível.

Ainda pelo modelo regulatório vigente, a concessionária apresenta um plano de negócios a cada cinco anos, no qual está previsto o montante de seus investimentos na ampliação da infraestrutura para a prestação de serviços. Esse valor, depois de aprovado pela agência, impacta imediatamente a tarifa. Assim, o consumidor começa a pagar antes do investimento ser realizado.

Por esse modelo, está garantido que a base de clientes do concessionário adianta recursos para que ele invista. Mesmo assim, a Fiesp constatou que nenhuma das duas concessionárias cumpriu com o plano de investimentos definido cinco anos atrás, apesar de ter arrecadado do consumidor, nos cinco anos de vigência da tarifa, cada centavo previsto para satisfazer os investimentos.



11º encontro internacional
de **energia**

FIESP **CIESP**
A indústria a serviço do Brasil.

São Paulo: o futuro da energia começa aqui.

Em 2005, a Gas Natural pactuou investimentos da ordem de R\$ 245 milhões. Em 2010, constatou-se que a empresa investiu apenas R\$ 108 milhões. Nenhuma justificativa foi apresentada pelo concessionário e, até a data da audiência pública, nenhuma punição imposta pela Agência.

Para o período 2010-2015 a Agência arbitrou um plano de investimentos da Gás Natural que não chega a R\$ 180 milhões. No caso da Gás Brasileiro o volume de investimento pactuado, para o período 2009-2014 é de apenas R\$ 98 milhões, 65% menor do definido no período dos cinco anos anteriores.

No caso da Comgas, empresa controlada pela inglesa British Gas, a situação não é menos inquietante. Tanto o edital de concessão quanto o contrato estabelecido com o concessionário, prevêm de forma límpida o mesmo critério para o cálculo da base de remuneração, isto é, a avaliação dos ativos existentes. Ao contrário das duas anteriores, empresas greenfield, a Comgas foi privatizada com ativos existentes. Surpreendentemente, em 2004, em flagrante contradição com os termos contratuais, o regulador permitiu a adoção de critério para o estabelecimento da base de remuneração sustentado no valor econômico mínimo, cálculo econômico que adota metodologia do fluxo de caixa descontado dos trinta anos de concessão.

Estudos realizados pela Fiesp e por outras entidades de representação empresarial, estimam uma distorção grave em prejuízo do consumidor calculado em R\$ 2,5 bilhões apenas nos últimos seis anos.

A Fiesp apontou na revisão tarifária da Comgás outro prejuízo considerável ao consumidor.

Em 2007, a Petrobras aumentou o preço do gás nacional. Várias concessionárias estaduais, através dos governadores dos seus estados, exerceram forte pressão política para que este aumento fosse revisto. A solução negociada foi a de um escalonamento da entrada em vigor do aumento, em dois anos.

Todas as concessionárias brasileiras que comercializam gás nacional buscaram esse benefício. Todas menos uma: a Comgas. Aqui, aparentemente, a Arsesp pareceu se preocupar com o consumidor de São Paulo, já que fez introduzir no contrato entre a Comgás e a Petrobras, na cláusula 9.1, proteção ao consumidor de São Paulo que não poderia ser prejudicado em função de eventuais benefícios que fossem posteriormente concedidos aqueles de outros estados da federação. Isto é, constatado um melhor preço negociado entre a Petrobras e outras distribuidoras do Brasil, ambas, Comgas e Petrobras, se obrigavam a estender o benefício a base de clientes da Comgas em São Paulo.

Infelizmente, no período de 2007 até a revisão tarifária de maio de 2009, quando o assunto foi levantado pela Fiesp e por outros, a Arsesp não havia tomado nenhuma providência para satisfazer o interesse do consumidor paulista.

Desde então, a Fiesp não tem medido esforços para sanar todos estes problemas. A entidade estabeleceu diálogo constante com o governo do Estado e com a presidência da Arsesp. A Fiesp mandou carta ao Excelentíssimo Governador do Estado e ao Presidente da Arsesp solicitando dados que nos permitissem calcular o prejuízo do consumidor, quantificando o direito a ser restabelecido.



11º encontro internacional
de **energia**

FIESP **CIESP**
A indústria a serviço do Brasil.

São Paulo: o futuro da energia começa aqui.

A presidência da Arsesp respondeu à Fiesp, há algumas semanas, informando os volumes realmente praticados pela Comgas de gás boliviano, sobre o qual não se aplica o desconto e os volumes gás nacional, sobre o qual o desconto é pertinente.

Considerando que o preço do gás praticado sem desconto foi integralmente repassado a tarifa paga pelo consumidor, em flagrante cochilo de fiscalização da Arsesp, calculamos, com base nos dados da própria agência um montante de R\$ 446 milhões a serem devolvidos ao consumidor da Comgas, incluindo no cálculo, a correção monetária do período e os impostos incidentes.

A primeira movimentação da Arsesp, reconhecendo os argumentos da Fiesp, foi a notificação da Comgas para que aplicasse a cláusula 9.1 do contrato. Não tendo havido nenhuma ação por parte da Comgas no sentido de satisfazer o consumidor de São Paulo, a Arsesp aplicou, em março de 2010 uma multa à concessionária.

A Fiesp estranhou mais uma vez que os critérios adotados pela Arsesp em relação a esse episódio sejam de camaradagem flagrante com a concessionária. Senão vejamos: a Arsesp enquadrou o descumprimento do contrato na maior alíquota de multa prevista, isto é, até dois por cento da receita bruta anual, descontados os impostos. Assim, a base da multa foi de R\$ 3,9 bilhões. A multa foi estabelecida num primeiro momento em R\$ 79 milhões.

Mais uma vez de forma inexplicável, a Arsesp resolveu reduzir esse valor a um décimo. Ou seja, R\$ 7,9 milhões.

Não contente ainda, mas sempre no sentido de aliviar a perturbação da concessionária, mais uma vez a Arsesp reduziu o valor da multa, agora em um terço do anteriormente reduzido. Finalmente, a Comgas foi multada em R\$ 2,6 milhões.

Continuamos a aguardar uma satisfação pública sobre a adoção de tais critérios que, ao contrário de coagir a concessionária a cumprir com a cláusula 9.1, estabelece uma situação de conforto que premia sua transgressão.

Cabe-nos ressaltar que temos encontrado na senhora Secretária de Estado de Saneamento e Energia, Dilma Seli Pena, e no presidente da Arsesp, Hugo de Oliveira, a sensibilidade e abertura para tratarmos de toda essa situação da regulação do gás em São Paulo, que caracterizamos como insustentável.

Medidas concretas precisam ser tomadas para reparar a lesão causada ao consumidor de gás do Estado de São Paulo.

A Fiesp identifica em setores da Arsesp uma atitude arrogante e avessa ao diálogo. Esperamos que o Governo de São Paulo possa corrigir essas distorções e restabelecer o espaço de defesa do interesse dos consumidores.



11º encontro internacional
de **energia**

FIESP **CIESP**
A indústria a serviço do Brasil.

São Paulo: o futuro da energia começa aqui.

O fato é que essa política, apesar dos apelos da Fiesp, colocou o Estado diante de um quadro de inviabilidade do aumento do consumo do gás.

Em todas as três audiências públicas começamos nossa apresentação de argumentos com o mapa do Estado, apontando para a flagrante insuficiência do atendimento das concessionárias.

A Comgas, passados 11 anos de sua privatização, tendo recebido a infraestrutura pronta em 12 municípios, está hoje presente em 67. Sua base de concessão é de 177 municípios. Nos próximos 5 anos a empresa projeta sua presença em mais 13 cidades.

A Gás Natural, passados 10 anos de sua concessão, está presente em 17 municípios. Sua base de concessão é de 93 municípios. Nos próximos 5 anos a empresa projeta o atendimento de mais 3 cidades.

A Gás Brasileiro, passados 10 anos de sua concessão, está presente em 14 municípios. Sua base de concessão é de 375 municípios do Estado. Nos próximos 5 anos a empresa atenderá mais 3 cidades.

A Fiesp verifica que o aumento da produção do gás no Brasil, particularmente no Estado de São Paulo, será inócua dada a inexistência de infraestrutura de distribuição e a total falta de previsão de que essa política possa ser revertida. Combinada com uma regulação que permite em São Paulo as mais altas tarifas de gás natural do Brasil, estamos diante de quadro perverso, senão desesperador.

Se o Brasil tem hoje uma história da indústria do petróleo, é porque nosso País tem uma dívida com Monteiro Lobato. Esse paulista, nascido em Taubaté, escritor tardiamente reconhecido e pioneiro da indústria editorial brasileira foi, sobretudo, um visionário.

Ainda nos anos 30 do século passado, Lobato iniciou uma cruzada na tentativa de provar que o Brasil teria grandes reservas de petróleo. Por conta disso, foi preso duas vezes durante o Estado Novo.

Para corações e mentes da juventude brasileira, ele escreveu “O Poço do Visconde – Geologia para Crianças”, publicado em 1937, que narra a descoberta de petróleo por parte dos seus ricos personagens do Sítio do Pica-Pau Amarelo.

Escrevendo para crianças, Monteiro Lobato tentava fazer-se escutar pelos adultos e governantes do Brasil.

Vou me permitir, hoje, citá-lo algumas vezes:

“Naquele dia Pedrinho começou a ler o jornal Em certo momento interrompeu a leitura para dizer em voz alta falando consigo mesmo:

— Bolas! Todos os dias os jornais falam em petróleo e nada do petróleo aparecer. Estou vendo que se nós aqui no sítio não resolvermos o problema o Brasil ficará toda a vida sem petróleo.”

De fato, o Brasil aceitou o desafio de resolver seus problemas. E o fez com sucesso e competência.



11º encontro internacional
de **energia**

FIESP **CIESP**
A indústria a serviço do Brasil.

São Paulo: o futuro da energia começa aqui.

Do primeiro poço que jorrou petróleo em Lobato, na Bahia, à gigantesca produção da Bacia de Campos, uma história de perseverança e patriotismo pode ser creditada ao povo brasileiro.

Batemos, em 2010, nosso recorde de produção, superando a marca de dois milhões de barris por dia. Nossas refinarias estão processando basicamente o mesmo volume de produção.

Para isso, construímos um sólido patrimônio: a nossa Petrobras. Maior empresa do Brasil, oitava maior empresa do mundo em valor de mercado, presente em 28 países.

Desde 1953, quando foi criada, a Petrobras vem construindo uma trajetória de superação de desafios. O principal deles, o desenvolvimento de tecnologia para exploração e produção em águas profundas e ultra-profundas, onde estão mais de noventa por cento de suas reservas.

Caminhando par e passo com a Petrobras está a indústria brasileira. Apesar das inúmeras dificuldades, temos sido parceiros no desenvolvimento de novas tecnologias e na capacitação para o atendimento da demanda crescente do setor de petróleo e gás natural no Brasil.

Quando, em 1977, começou a produzir o primeiro poço em escala comercial da Bacia de Campos, cumpriu-se mais uma profecia de Monteiro Lobato. Que se seguiria de outra, o pré-sal.

Vejamos como é impressionante voltar ao texto de “O Poço do Visconde”:

“Em várias pontos surgiram excelentes poços de petróleo... Nos Estados do Espírito Santo e do Rio de Janeiro, perto de Campos, abriram-se vários poços de petróleo. Em São Paulo, idem...”

Monteiro Lobato antecipou o futuro do Brasil em exatos quarenta anos.

E quis o destino que na plataforma continental do Estado de São Paulo, na Bacia de Santos, descobríssemos uma das maiores reservas de petróleo e gás do mundo.

O efeito das primeiras descobertas foi o de dobrar as reservas provadas do Brasil, ampliando em mais de vinte anos nossa autonomia energética.

É claro que temos de ser cautelosos com os números. Entretanto, a Fiesp, sem medo de errar e com uma ponta de otimismo cívico, tem trabalhado com o cenário de que a reserva do pré-sal atingirá, ou até superará, os cem bilhões de barris. Isso colocará o Brasil entre os cinco maiores produtores de petróleo do mundo.

A Fiesp também estima que metade dessa reserva será explorada nos limites geográficos do Estado de São Paulo, ou seja, cinquenta bilhões de barris.

A riqueza da reserva de petróleo e gás do Estado, considerado o preço atual do barril de petróleo, projeta a criação de quatro trilhões de dólares de renda apenas com a comercialização desse bem natural. Cerca de



11º encontro internacional
de **energia**

FIESP **CIESP**
A indústria a serviço do Brasil.

São Paulo: o futuro da energia começa aqui.

cem bilhões de dólares anuais, durante os próximos sessenta anos, serão agregados ao PIB paulista. Isso representará um golpe de crescimento de mais de vinte por cento da riqueza de São Paulo.

A economia de São Paulo será radicalmente impactada por esse cenário. Mais riqueza ainda será gerada através da pesquisa, do desenvolvimento tecnológico, da ampliação da capacidade de produção industrial, da geração de empregos, da renda tributária, dos investimentos em infraestrutura, da elevação do nível educacional da população, da ampliação do comércio e do setor de serviços, do desenvolvimento do Estado, propiciando a erradicação da pobreza.

Foi, com enorme satisfação, que a Fiesp recebeu, em 2008, o convite para integrar a Comissão Especial de Petróleo e Gás Natural do Estado de São Paulo – CESPEG, uma iniciativa do então Secretário de Desenvolvimento e Vice-Governador Alberto Goldman.

Foram dois anos de trabalho profícuo, reunindo prefeituras, secretarias de estado, universidades, centros de pesquisas, instituições de formação profissional, como o nosso SENAI São Paulo, empresas privadas, entidades de representação e a Fiesp.

O sistema Fiesp indicou representantes nos nove grupos de trabalho.

Toda essa revolução econômica implicará em custos para São Paulo e enormes desafios terão que ser superados, tais como, estressamento da infraestrutura, aumento dos investimentos em equipamentos públicos, crescimento do fluxo migratório, capacitação de mão de obra, vetor negativo no balanço de emissões de gases de efeito estufa, entre outros.

Portanto, a iniciativa do nosso hoje Governador, Alberto Goldman, provou-se tão prudente quanto oportuna. Ela é a condição para que o nosso Estado planeje o enfrentamento e a superação de imensos desafios.

A Fiesp afirma que nossa indústria e todo o setor privado estarão à altura desses imensos desafios. Não mediremos esforços para capacitar novas indústrias, para desenvolver novas tecnologias e para formar a mão de obra especializada que se impõe como necessária.

Senhoras e Senhores

No campo da energia, o Estado de São Paulo é o berço da produção do etanol mais avançado em utilização comercial no mundo. Isso, somado à emergência da indústria do petróleo em nossas terras, faz e fará de São Paulo um dos maiores pólos de produção de energia do Brasil e do mundo.

Não por outra razão, o tema desse Décimo Primeiro Encontro Internacional de Energia é “São Paulo: o Futuro da Energia Começa Aqui”.



11º encontro internacional
de **energia**

FIESP **CIESP**
A indústria a serviço do Brasil.

São Paulo: o futuro da energia começa aqui.

Nosso Estado, e assim quis o destino e o talento dos paulistas, credencia-se desta forma como vetor para o cumprimento de mais uma profecia de Monteiro Lobato, e aqui encerro agradecendo e honrando esse fantástico brasileiro, citando mais uma vez algumas de suas palavras:

“E aconteceu então um fato espantoso. O Brasil, que não tinha petróleo, que estava oficialmente proibido de ter petróleo, passou a ser o maior produtor de petróleo do mundo.”

E como arrematou Dona Benta:

“ - Isso, meu filho. Você está certo. O maior prazer da vida é fazer o bem. Eu sempre quis beneficiar este nosso povo da roça, tão miserável, sem cultura nenhuma, sem assistência, largado em pleno abandono no mato, corroído de doenças tão feias e dolorosas. Se empregarmos nosso dinheiro em melhorar-lhe a sorte, não só nos divertiremos, como você diz, como ficaremos com a consciência tranqüila. Meu programa é esse.”

Muito obrigado.

Carlos Cavalcanti
Diretor de Infraestrutura da Fiesp